

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2017	13h18min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 17ª
(DÉCIMA SÉTIMA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA COM O SETOR
PRODUTIVO, COMO PARTE DO PROJETO *CÂMARA EM
MOVIMENTO*
DE 26 DE JUNHO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta esta Sessão Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2017.

Convido a Deputada Telma Rufino para secretariar os trabalhos da Mesa e proceder à leitura do primeiro item da ordem do dia.

Item nº 1:

Discussão e votação, em regime de urgência, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2017, de autoria dos Deputados Delmasso, Julio Cesar, Bispo Renato Andrade e outros, que “susta os efeitos do Decreto nº 38.293, de 23 de junho de 2017, que regulamenta a Lei nº 2.615, de 26 de outubro de 2000, que determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas no Distrito Federal, e dá outras providências”.

Eu gostaria de consultar rapidamente os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens nºs 1 a 153, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo manifestação em contrário, vamos ao trabalho.

A proposição não recebeu pareceres das comissões.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2017	13h18min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	2

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar em plenário sobre o projeto.

Solicito ao Relator da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Raimundo Ribeiro, que profira parecer sobre o projeto.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2017, que “susta os efeitos do Decreto nº 38.293, de 23 de junho de 2017, que regulamenta a Lei nº 2.615, de 26 de outubro de 2000, que determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas no Distrito Federal e dá outras providências”.

Analisando o PDL à luz daquilo que compete a esta Comissão confrontar, verifica-se que inexistem quaisquer óbices no sentido do seu prosseguimento, razão pela qual somos favoráveis a que o projeto siga o seu curso natural, para que possa ser votado pelas demais Comissões e pelo Plenário da Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tinha me colocado contrário à discussão deste assunto aqui, porque a pauta era só os três projetos ligados ao setor produtivo e esse assunto poderia ser discutido, amadurecido, mais tarde, no próprio ambiente da Câmara Legislativa.

Sabemos que o assunto é polêmico. Trata-se de uma lei que já foi aprovada há muito tempo e que, recentemente, o Governador sancionou... regulamentou. Eu também não concordo. Essa regulamentação não tem nenhum ganho, porque a questão de gênero, a discussão homofóbica ou não homofóbica não é construtiva, principalmente na conjuntura atual.

Eu apenas quero defender o governo do ponto de vista técnico, porque cabe ao governo regulamentar. Ele não está usurpando a prerrogativa dada ao Poder Executivo de regulamentar o assunto, apesar de ter sido inoportuna a sua regulamentação.

O que estamos fazendo hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é trazer um problema que não era nosso para o nosso colo, porque todas as famílias têm evangélicos, homossexuais, bissexuais, e sempre uma posição dessa natureza cria um desgaste para o Parlamentar. Uma votação dessa natureza cria um desgaste para o Parlamentar.

Só quero alertar o colega para o fato de que, do ponto de vista técnico, se derrotarmos o governo aqui em um projeto, com certeza, ele deve, no Tribunal de Justiça, ganhar e rever essa decisão dos Deputados, porque ele está dentro da lei. É

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2017	13h18min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	3

ele quem tem a prerrogativa de regulamentar e fez a regulamentação com perdas pessoais e políticas, mas a fez dentro da sua prerrogativa.

Portanto, dependendo da votação que tenhamos hoje, aqui, se revogarmos esse decreto – nós, a Câmara Legislativa –, com certeza, o Tribunal de Justiça vai dar ganho de causa ao Executivo pelo fato de ele não ter usurpado as prerrogativas que a Lei Orgânica do Distrito Federal lhe concede.

Era só essa a discussão que eu queria fazer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu também considero que este tema não deveria ser tratado aqui, hoje.

Respeito o posicionamento – eu diria – religioso de vários Deputados aqui, principalmente os da bancada evangélica, mas reconhecemos que essa comunidade LGBT, não só no Brasil, mas também no Distrito Federal, vem sendo vítima de violência, preconceito, ódio.

Aliás, a nossa sociedade está cada vez mais intolerante, mais impaciente, respeitando muito pouco o outro, respeitando muito pouco os direitos dos outros, as diferenças, o ser diferente.

Parabenizo o Governo do Distrito Federal por ter sancionado este projeto. Votarei contra. Coloquei ali que acho que ele não deveria ser tema de debate aqui, mas, enfim, ele está sendo debatido. Fica aqui o registro de que precisamos também procurar construir uma sociedade mais igualitária, mais fraterna, mais respeitosa.

Acho que foi isso que o governo tentou fazer. Realmente eles é que são vítimas de preconceito, eles é que estão sendo agredidos, porque são homossexuais. Eles é que estão sendo desrespeitados.

Acho que este projeto tem um simbolismo muito grande. Ele pode, até do ponto de vista legal, ser contestado, mas o gesto que o governo fez tem um simbolismo importante e diz o seguinte: “Olha, respeite o outro, respeite as diferenças, trate os homossexuais, enfim, a comunidade LGBT, da forma como eles gostariam de ser tratados, como nós gostaríamos de ser tratados”.

Mas, enfim, como um gesto importante, insisto: se pudéssemos levar isso para a nossa Casa amanhã, seria melhor. Mas, se formos votar hoje, aqui, eu serei contra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

A Câmara trabalha com acordos. Nós fizemos um acordo interno e estamos aqui cumprindo um acordo feito por decisão da maioria.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2017	13h18min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	4

Continua em discussão.

Deputado Delmasso, V.Exa. vai discutir a matéria?

DEPUTADO DELMASSO – Não, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Então passo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu nem quero tomar muito tempo, até porque, com relação a esse tema, se nós analisarmos o âmago da questão, se nós analisarmos o mérito, isso aqui dará uma discussão infundável.

Agora, as razões que motivam esse PDL, na verdade, é uma correção que precisa ser feita, afinal de contas, este projeto – que depois virou lei do governo lá em 2000 –, primeiramente, não pode regular uma matéria que é de competência exclusiva do Congresso Nacional. Essa é a primeira razão que me motiva com relação a esse projeto. A segunda é que as condutas lá tipificadas, todas já estão tipificadas em outros instrumentos para evitar que elas aconteçam.

Então, além de inconstitucional, essa lei é também desnecessária, o que a torna pernicioso. E, assim, a cereja do bolo disso tudo é saber o seguinte: sabe quem foi um dos autores dessa bobagem? O Rodrigo Rollemberg, quando era Deputado Distrital. Então, essa é mais uma razão para qualquer coisa ser declarada inconstitucional. Está certo? Então, estão aí as minhas razões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Registrarei os Deputados responsáveis pelos votos contrários e pela abstenção.

Votos contrários: Deputado Prof. Israel, Deputada Telma Rufino, Deputada Luzia de Paula, Deputado Ricardo Vale, Deputado Joe Valle e Deputado Agaciel Maia.

Abstenção: Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Com declaração de voto, Sr. Presidente.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2017	13h18min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	5

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O senhor pode fazer a declaração de voto no momento em que nós...

Solicito à Relatora da CCJ, Deputada Celina Leão, que profira o parecer sobre o projeto.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu até conversava com os Deputados sobre essa questão e ainda não estou convencida de que houve uma usurpação do Poder Executivo. Talvez o instrumento necessário seja outro, mas, por solidariedade à bancada evangélica, Sr. Presidente, voto pela constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 300.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 6 votos contrários e 1 abstenção.

Registro os votos contrários: Deputado Prof. Israel, Deputada Luzia de Paula, Deputado Ricardo Vale, Deputada Telma Rufino, Deputado Joe Valle, Deputado Agaciel Maia. Abstenção: Deputado Robério Negreiros.

Está aprovado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2017, em turno único.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu conversei agora há pouco, nos bastidores, com uns colegas e, a princípio, eu não vi nenhum problema de votar a favor do decreto, do PDL. E aqui, quero falar para os colegas, para quem eu falei que eu iria votar, depois de ter analisado a situação, os prós e os contras, eu não me sinto seguro para votar esse projeto hoje. Eu preciso averiguar o todo com a minha assessoria para que...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Então, o senhor se abstém?

DEPUTADO LIRA – No caso, sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Registrando abstenção do Deputado Lira. Registre-se abstenção.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2017	13h18min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	6

DEPUTADO LIRA – Porque há uma situação que eu preciso... Eu não me sinto seguro para votar. Se pudesse deixar para amanhã...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A gente tem um acordo para fazer a votação hoje e estamos em processo de votação.

Abstenção, Deputado Lira.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tanto a tese da pressa nessa votação foi constatada pelo parecer da própria CCJ, porque a própria Deputada Celina Leão, que é uma Deputada experiente, competente, foi Presidente da Casa, ela também concluiu, apesar de votar favoravelmente, que o instrumento legal não seria o decreto, talvez uma nova lei revogando.

Portanto, está aí um reflexo exatamente da conjuntura em que estamos fazendo essa votação. O próprio parecer da CCJ, em pronunciamento de uma das Deputadas mais competentes da Casa, diz que, apesar de o instrumento legal não ser esse, S.Exa., em solidariedade, vota com a bancada evangélica.

Mas eu acho que a Câmara não deve adotar esse procedimento. O procedimento do processo legislativo é cartesiano: ou é ou não é o instrumento legal.

Portanto, eu quero fazer um alerta, e que seja registrado nas notas taquigráficas. É exatamente isto: não há convicção cristalina de que o procedimento seria um decreto. Por isso, eu tenho praticamente certeza absoluta de que o Governador, tendo a prerrogativa de regulamentar esse projeto, e o fez sem usurpar das suas atribuições, provavelmente, essa nossa votação seja questionada no Tribunal de Justiça e seja revogado o que a Câmara está decidindo hoje.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é bom explicar, porque talvez muitos colegas não entendam o que nós estamos querendo colocar. Há duas teses, Sr. Presidente. Uma tese é a do Poder Executivo regulamentar uma lei flagrantemente inconstitucional. Ele parte também do princípio da inconstitucionalidade que pode, sim, ser acatado pelo controle de constitucionalidade frente ao Tribunal de Justiça. Mas há também – e foi por isso que fiz essa observação, para que a gente não tenha a percepção de que nós estamos votando sem saber o que nós estamos votando – que, ao não ter sido questionada a inconstitucionalidade de lei, há a possibilidade de o Poder Executivo regulamentar a lei.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2017	13h18min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	7

Aí, Sr. Presidente, talvez seja importante um encaminhamento de V.Exa. com a bancada evangélica para discutir talvez um instrumento mais adequado também, Sr. Presidente, na data de amanhã, em outro local, que seria na Câmara Legislativa, para a gente discutir isso com um pouco mais de profundidade.

Então, eu faço esse apelo a V.Exa. porque sabemos que precisamos resolver, discutir essa matéria, mas talvez o instrumento mais correto e mais adequado – e isso quero deixar registrado – seja a revogação da lei e não o decreto, como foi abordado aqui.

Então, eu faço um apelo já a V.Exa. para que a gente faça essa discussão, Sr. Presidente, amanhã, em respeito aos Deputados da bancada evangélica.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Como Relatora da Comissão de Constituição e Justiça, só para entendimento, a Deputada Celina Leão vota pelo prosseguimento. Acata.

Temos a votação.

Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça à matéria. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Já estamos votando em turno único. Acatamos o parecer e estamos na votação do PDL, em turno único. Uma coisa não impede a outra, amanhã podemos revogar a lei, o PDL, como é de competência, é uma lei de Deputado Distrital, existe uma dúvida...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Vetada pelo Sr. Governador. Que existe...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeitamente. Então, a revogação é através de outro projeto. Mas vamos lá...

Continua em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2017, em turno único (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação pelo processo nominal. Foi o pedido. Tínhamos combinado simbólica, mas foi pedido aqui em plenário.

E eu quero só dizer que isso é resultado de um acordo feito com os Srs. Deputados. Acordo na política é sagrado, é para ser cumprido. Não precisa fazer o acordo, mas fez tem que ser cumprido. Nós estamos cumprindo um acordo feito aqui na área reservada para que pudéssemos prosseguir com as votações.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2017	13h18min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	8

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, eu quero apenas esclarecer que, tecnicamente, eu tenho que votar contra. Eu não estou discutindo o mérito, porque nem tivemos a oportunidade de fazê-lo, mas tecnicamente eu sou contra. Não.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2017	13h18min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	9



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 300/2017 DATA: 26/06/2017
AUTORIA: DEPUTADOS DELMASSO, JULIO CESAR, BISPO RENATO E OUTROS
TURNO ÚNICO REDAÇÃO FINAL APROVADA (X)

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB				1		
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS			1			
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT				1		
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB			1			
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT				1		
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT		1				
RESULTADO			9	6	2	7	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
9	VOTOS SIM
6	VOTOS NÃO
2	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2017	13h18min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 9 votos favoráveis, 6 votos contrários e 2 abstenções. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

“Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, do Deputado Julio Cesar, do Deputado Bispo Renato Andrade e outros, que “susta os efeitos do Decreto nº 38.293, de 23 de junho de 2017, que `regulamenta a Lei nº 2.615, de 26 de outubro de 2000, que determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas no Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Com a palavra o Deputado Robério Negreiros para declaração de voto.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, abstenção não é o meu comum, porque eu gosto de tomar um posicionamento, mas nesse caso eu creio o seguinte: como o Deputado Delmasso disse aqui, essa lei... Isso tem quantos anos?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Dezessete anos. O Sr. Governador cheio de problemas e aí arruma mais um problema para S.Exa. e tenta trazer o problema para a gente. Esse problema não é nosso!

Eu respeito todas as diferenças, mas eu creio que esse projeto, que tinha sido vetado pelo Governador Roriz e depois a Câmara Legislativa do Distrito Federal da época derrubou o veto, tem um artigo de criminalização. Isso é matéria de ordem penal, a gente não tem competência para isso. Então, essa lei já está fadada ao insucesso.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2017	13h18min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	11

Para não entrar no mérito em relação a isso, eu me abstenho, o que não é o meu comum, porque eu creio que essa lei não vai prosperar com a regulamentação. Na realidade, havia a lei sem a regulamentação, e o Ministério Público não fez nada, mas porque tem a criminalização.

E é o que o Deputado Lira falou na reunião: essa lei gera mais problema ainda, porque daqui a pouco o empresário não vai contratar o homossexual ou o diferente em relação a isso, e acaba gerando mais preconceito.

Então, eu vou me abster justamente por isso, porque eu acho que na forma está errado também.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fica claro também que essa lei foi aprovada pela Câmara Legislativa e foi vetada pelo governador da época. A Câmara Legislativa do Distrito Federal derrubou o veto, ou seja, a responsabilidade foi da Câmara Legislativa, que derrubou o veto colocado pelo governador da época.

Então, esse é mais um motivo. Nós já temos tantos problemas, desde soluções de desonerações de impostos, de incentivo à produção, de geração emprego e renda... Tantas coisas que nós temos para discutir entravam uma discussão dessa natureza.

Eu espero que problemas oriundos de decisões políticas do Executivo não sejam repassados para o colo dos Deputados. No meu caso específico, só tenho a perder, não tenho nada a ganhar com isso.

É isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 2:

Discussão e votação, em regime de urgência, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre dispositivos de captação de águas pluviais para fins de retenção, aproveitamento e recarga artificial de aquíferos em unidades imobiliárias e empreendimentos localizados no Distrito Federal, e dá outras providências".

Aprovado em 1º turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2017	13h18min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	12

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2017	13h18min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	13



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 109/2017	DATA: 26/06/2017
AUTORIA PODER EXECUTIVO	
TURNO: 1º () 2º (X)	RED. FINAL (X)

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB				1		
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT				1		
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT				1		
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			17	0	0	7	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
17	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE


 SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2017	13h18min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado o projeto, em segundo turno.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final, conforme o § 1º do art. 204 do Regimento Interno.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre dispositivos de captação de águas pluviais para fins de retenção, aproveitamento e recarga artificial de aquíferos em unidades imobiliárias e empreendimentos localizados no Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Solicito a leitura do último item. Esclareço aos Deputados que trata-se de um requerimento do Deputado Wellington Luiz para a realização de uma audiência pública hoje, por isso precisamos votar.

Item nº 3:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.802, de 2017, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “requer a realização de audiência pública no dia 26 de junho de 2017, às 15h, no plenário desta Casa, com o título Valorização dos Servidores Administrativos de Segurança Pública e Instituição do Dia do Servidor Administrativo da Polícia Federal”.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 06 2017	13h18min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	15

O requerimento está aprovado, em turno único, com a presença de 17 Deputados.

Peço aos Parlamentares que permaneçam aqui porque haverá uma homenagem do Sinduscon aos Parlamentares, logo após o encerramento da sessão.

Comunico que a reunião do Colégio de Líderes hoje será às 15h30min – meia hora mais tarde. Convido todos os Líderes a participarem conosco.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Agradeço a todos os Deputados pela participação, bem como ao Sinduscon.

Concedo a palavra ao Presidente do Sinduscon.

SR. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA – Antes da saída de todos, eu quero apresentar novamente o nosso reconhecimento, o nosso agradecimento, a nossa admiração pela participação que esta Câmara Legislativa está dando como resposta para esta cidade com 400 mil desempregados. A força de trabalho na construção civil, há 30 meses, contava com 90 mil postos. Hoje nós temos 19 mil (ininteligível).

Outra coisa que eu gostaria de apresentar é o nosso agradecimento pessoal e a honra por ser merecedor desse prêmio por parte dos senhores.

Eu vim para esta cidade aos 12 anos de idade, em final de outubro de 1956, e aqui vivo intensamente desde essa dada. Trabalho aqui, com carteira assinada, desde os 14 anos.

Muito obrigado. Agradeço por esta honra de forma emotiva. (Palmas.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Convidamos as Sras. e Srs. Deputados a se dirigirem aqui ao centro, juntamente com o Presidente do Sinduscon, para tirarmos uma foto. Esta foto ficará registrada nos Anais da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Agradecemos a todos. Boa tarde.

(Levanta-se a sessão às 13h46min.)